



## Apresentação

PAULO OLIVEIRA FONTES\* | MARIA FILOMENA ANDRADE\*\*



OPEN ACCESS

\* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP - CEHR), Portugal  
<https://orcid.org/0000-0003-4134-3205>  
pfontes@ucp.pt

\*\* Universidade Aberta; Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP - CEHR), Portugal;  
IEM - NOVA FCSH  
<https://orcid.org/0000-0001-7771-8844>  
lumena324@hotmail.com

O dossiê que dá título ao presente tomo da revista *Lusitania Sacra* não foi programado como tal. Surgiu e impôs-se à redação da revista, a partir de um conjunto de artigos propostos pelos seus autores e que, por vicissitudes várias, só agora foi possível reunir e publicar. Aos autores agradecemos a compreensão relativamente à demora no processo de avaliação e edição dos textos. Aos leitores desejamos que a sua reunião num único tomo da revista os possa tornar mais fáceis de identificar e valorizar, permitindo estabelecer nexos e prolongar a sua leitura e o diálogo com os temas abordados no seu conjunto.

A todos os textos une-os a presença política e a ação missionária portuguesa em Goa na época moderna, diretamente marcada pela realização e a aplicação do Concílio de Trento (1545-1563) nos territórios da Cristandade. Sob vários pontos de vista, Goa surge assim na sua singularidade na história da expansão portuguesa e na história do Estado da Índia, assim como na história da missionação cristã. Os temas abordados em cada artigo trazem-nos, na sua diversidade, algumas novidades sobretudo a nível dos enfoques e das articulações possíveis entre cada um dos tópicos identificados: missionação, política e territorialidade.

Sobre a articulação entre missionação e política logo dá conta o primeiro artigo, intitulado *Política ou missionação? Alessandro Valignano e as controvérsias da primeira visitação da Índia (1573-1580)*. Nele Nuno Vila-Santa ocupa-se da intervenção do conhecido delegado pontifício que, depois de passar pela corte portuguesa, inicia uma visitação ao território goês onde teve uma atuação relevante, embora menos conhecida que noutros contextos. Analisando a ligação entre a sua atuação pastoral e missionária e as suas intervenções políticas, o artigo visa contribuir para reavaliar a

importância desta sua primeira visitação na Índia, nomeadamente para a compreensão do posicionamento posterior que Valignano viria a adotar, a chamada viragem em favor da China e do Japão a partir de 1577.

De seguida, Rômulo da Silva Ehalt escreve sobre *O Primeiro Concílio de Goa e a releitura da escravidão na Ásia (1567)*. Nele visa demonstrar como as decisões do Primeiro Concílio de Goa contribuíram para uma primeira releitura das bases legais e teológicas da escravidão na Ásia portuguesa, referindo o papel do reitor do Colégio jesuíta de Goa, Francisco Rodrigues, como teólogo moral na Índia de meados de Quinhentos. Numa detalhada análise histórico-jurídica das decisões do Concílio, o autor observa a relação entre batismo e escravidão, a reforma da igreja e dos costumes, na perspectiva pós-tridentina, para se centrar na ampliação verificada na noção de escravidão e na necessidade legal de definir as formas segundo as quais indivíduos poderiam ser legitimamente escravizados, assim como nas formas de combate à escravidão considerada ilegítima. Em jeito de conclusão: “O processo iniciado pelo Primeiro Concílio de Goa deixaria como legado a indelével burocratização do tráfico de escravos na Ásia e a expansão da autoridade e jurisdição dos Jesuítas sobre o comércio de homens”.

Num extenso texto intitulado *Um franco atirador numa guerra de cem anos: o padre Pedro Borges e a questão das paróquias na Goa da contra-reforma*, e com recurso a fontes diretas que parcialmente edita em anexo, Luís Filipe Thomaz analisa a sensível questão da relação dos arcebispos locais com o clero regular, que nessa época começava a afluir do Reino em grande número, e ao qual eram confiadas muitas paróquias locais, ao abrigo de um indulto de Pio V de 1567 relativamente às disposições canónicas gerais, as quais proibiam os regulares de exercerem funções paroquiais e particularmente de pregarem e confessarem sem autorização do ordinário do lugar. A razão para este facto residia não apenas na escassez do clero secular nativo – situação persistente no terceiro quartel de Quinhentos, apesar da criação de um seminário local, em 1541 – mas também no empenho dos regulares e das próprias ordens religiosas manterem essas igrejas. Os conflitos verificados pelo controlo das paróquias locais e as tensões verificadas na relação dos clérigos regulares com os arcebispos locais, decorrentes da necessidade do seu enquadramento diocesano, conforme ao programa tridentino, prolongar-se-iam até 1767, após 172 anos de luta surda. Nesse processo surge a figura do padre Pedro Borges, goês de origem bramânica, antigo notário da Inquisição e cura da paróquia suburbana de Santa Luzia, que, em 1657, se dirigiu secretamente a Roma, a fim de expor diretamente ao Papa este assunto. Não obteve plena satisfação, pois a maioria das paróquias continuaram confiadas aos religiosos, mas obteve um breve pelo qual o pontífice proibia os maus tratos aos cristãos nativos e outros excessos dos religiosos. A “guerra” observada entre os diversos protagonistas ilustra bem a complexidade de

relações então existentes entre instituições eclesiásticas e políticas e no interior da Igreja católica, da escala local à escala supranacional.

*A Reforma e a religiosidade feminina em Goa entre 1721 e 1739* é o tema que dá título ao artigo de Ana Ruas Alves. A autora questiona a validade e a eficácia das normas tridentinas na comunidade feminina do Real Convento de Santa Mónica de Goa, sob a égide dos eremitas de Santo Agostinho, analisando os seus estatutos e a sua aplicação no que respeita à vivência do quotidiano e aos rituais, bem como aos tempos e às formas de oração mental e às formas de vida perfeitiva no século XVIII. O destaque dado à observação da relação das monjas com o arcebispo jacobeu, D. Frei Inácio de Santa Teresa, durante o período da sua prelazia local, permitiram caracterizá-las como pautadas por turbulência e por dificuldades que advinham de uma continuada tensão entre o exercício da autoridade episcopal, no seu desiderato de disciplinamento e controlo eclesiástico, e as vontades individuais e, por vezes, coletivas das monjas e do seu convento.

\*\*\*

Como habitualmente, a Revista integra ainda outros artigos fora do dossiê temático, mas que têm a ligá-los o período histórico a que se referem: a época moderna. O primeiro, intitulado *A graça e a desgraça das relíquias do Judaísmo. O sermão de D. Frei Diogo da Anunciação Justiniano, arcebispo de Cranganor e as suas respostas: circulação e reapropriação*, parte de um sermão do frade Lóio - que foi arcebispo de Cranganor (Índia) no período imediatamente anterior - durante um auto-de-fé em Lisboa em 1705, e das reações que suscitou. No seu artigo, Carla Vieira analisa dois textos de reação por parte da comunidade judaica de Inglaterra e a sua posterior apropriação pelas novas comunidades protestantes na Inglaterra e nos Estados Unidos da América no século XIX, através da reimpressão e circulação dos textos.

*A Ordem Terceira do Carmo de Pombal na Época Moderna: governação e formas de crédito*, da autoria de Ricardo Pessa de Oliveira, tem por objeto de estudo, como o título indica, a Ordem Terceira do Carmo, estabelecida em 1767, na ermida de Nossa Senhora do Carmo, na vila de Pombal, onde existiam já diversas outras formas de agregação ou associação leigas. Através da análise sistemática dos registos notariais conservados no Arquivo Distrital de Leiria, no período de 1750 a 1820, e do cruzamento com outras fontes documentais, o texto estuda os homens que a governaram e analisa a atividade creditícia que a mesma desenvolveu, prática de onde provinha a sua principal fonte de receitas. O estudo da composição social da sua Mesa e da forma de governo económico adotado oferece assim um contributo para a compreensão das diversas formas de confraternidade religiosa leiga neste período.

*La Confessio Augustana e il catechismo di Heidelberg come strumenti del processo di confessionalizzazione*, de Andrea Arcuri, aborda um tema transversal à história religiosa moderna: a adoção de um modelo confessional da fé cristã pelos diversos países europeus, após a fragmentação do modelo de Cristandade medieval. Este estudo analisa duas confissões do protestantismo europeu – a Confissão Augustana, no que se refere às igrejas luteranas, e o Catecismo de Heidelberg, por aquelas reformadas –, examinando-as em função do conhecido paradigma historiográfico da confessionalização. Tal categorização permite reler a história da época moderna, com atenção às particularidades e similitudes no desenvolvimento histórico das diversas igrejas cristãs, as quais produziram transformações profundas nas esferas pública e privada europeia, nos séculos XVI e XVII, contribuindo decisivamente para a consolidação de uma nova ordem das sociedades e dos estados.

Recuando ao período da Cristandade medieval, este tomo inclui um último artigo: *A propósito de possíveis relações culturais entre Pedro Hispano e Afonso X de Castela*, da autoria de José Antunes. Baseado na Cantiga de Afonso X, o rei Sábio, onde é mencionado o nome de Pero d’Espanha, e tendo em conta as mais recentes investigações, o autor considera insustentável a ideia, por outros defendida, de prováveis relações culturais entre o rei castelhano e Pedro Hispano, futuro papa português, João XXI.

A Revista inclui ainda as habituais secções de Crónica, de Recensões, de Notas de leitura e de Bibliografia.

\*\*\*

A publicação da revista *Lusitania Sacra*, sendo uma iniciativa institucional do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR), não se apresenta como veículo exclusivo da produção dos seus investigadores. Ao invés, pretende aprofundar o seu papel como revista de referência no panorama historiográfico internacional, na sua área de especialização e focalização geográfica.

Neste sentido, renovam-se aqui dois compromissos. O primeiro no sentido de se continuar a assegurar a publicação de *Lusitania Sacra* num duplo suporte, agora em edição simultânea, em papel e em versão eletrónica, com recurso ao *Open Journal System*. A partir de agora o título passa a incluir o Portal de Revistas da UCP (<https://revistas.ucp.pt/>), permitindo também a disponibilização de todos os tomos anteriores, incluindo os da sua primeira série.

O segundo compromisso é o da atenção à renovação historiográfica, no continuado respeito por padrões de rigor. No contexto cultural em que os estudos pós-coloniais e feministas, entre outros, têm ganho terreno e importância nos meios académicos, novas interrogações surgem, às quais uma historiografia atenta procura

responder, desenvolvendo questionários de trabalho, ensaiando novas hipóteses interpretativas, com particular atenção aos “usos sociais” que se fazem do passado. *Lusitania Sacra* está atenta e procurará continuar a responder a esse desafio. Mas também, e em abono do rigor crítico, com particular vigilância no que se refere à valorização das fontes históricas, ao manuseamento dos conceitos e aos processos de trabalho segundo a diversidade de metodologias adotadas, através do sistema de *double blind-peer review*.

Estes são os compromissos da direção de *Lusitania Sacra*, que em cada tomo se renovam. Compromissos sujeitos à avaliação crítica da comunidade dos leitores.